



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1007810-33.2018.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - CNH - Carteira Nacional de Habilitação**
 Requerente: **Armando Sangaletti Junior**
 Requerido: **DETRAN - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - SÃO PAULO e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **DANIEL FELIPE SCHERER BORBOREMA**

Dispensado o relatório. Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do CPC-15, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas, valendo lembrar que, "presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder" (STJ, REsp 2.832-RJ, rel. Min. Sálvio de Figueiredo, j. 04/12/91).

Armando Sangaletti Junior move ação contra DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM - DER e DETRAN - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - SÃO PAULO pedindo a anulação do processo de cassação do direito de dirigir instaurado com base em infração praticada por terceiro, assim como que a pontuação seja transferida para o real condutor.

Segundo a jurisprudência majoritária do TJSP, em não sendo realizada a indicação do condutor pelo proprietário, este se torna responsável pela infração, obstada inclusive a comprovação judicial de que não era ele, e sim terceiro, o condutor.

Isso mostra a importância e gravidade da não indicação do condutor, premissa essa



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

que reputo relevante para o raciocínio que passo a apresentar.

No caso dos autos, está provado às fls. 57/58 que o autor efetuou a indicação do condutor, Marcelo da Silva (conforme fls. 20/29), e ao que nos parece a indicação não foi aceita porque não encaminhada cópia da CNH do autor, requisito previsto no art. 4º, VIII da Res. 404/12 do CONTRAN.

Tendo em vista a falta desse documento, foi de pronto recusada a indicação.

Não é legítimo esse procedimento, porque deveria ter sido oportunizada ao proprietário a regularização de sua indicação, com a apresentação do documento ausente, sanando, assim, o vício.

Justamente em razão da importância e gravidade da não indicação do condutor, pelas consequências que acarreta ao proprietário, é ilegítimo não lhe oportunizar ao menos uma vez a regularização de vício formal daquela que tempestivamente apresentou. Há, por consequência, irregularidade e nulidade no processo administrativo, autorizando controle judicial.

Na hipótese dos autos, o autor trouxe, com a inicial, cópia de sua CNH, suprimindo o vício formal existente no procedimento administrativo e que lá foi impedido de regularizar.

Logo, é de rigor o acolhimento da ação, porque não foi válida a imputação da penalidade ao autor, assim como é nulo o processo de cassação.

Julgo procedente a ação e (a) confirmada a liminar, declaro a nulidade do processo administrativo de cassação do direito de dirigir 2810-1/2016 (b) aceitando a indicação de condutor feita pelo autor no respectivo procedimento administrativo, determino ao DER que, em relação ao auto de infração 1Q9737712, a penalidade seja imposta ao condutor indicado, Marcelo da Silva – conforme fls. 21 e 57/58, e ao DETRAN, que lance a pontuação respectiva no prontuário deste.

Sem verbas sucumbenciais (art. 55 da Lei nº 9.099/95).

P.I.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

São Carlos, 11 de outubro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**